

O SALÁRIO QUE DE TÃO MÍNIMO, NÃO ALIMENTAVA NEM O TRABALHADOR: O CENÁRIO ALIMENTAR BRASILEIRO NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1934-1943)

THE WAGE THAT OF SO MINIMUM, DID NOT FEED NOR THE WORKER: THE BRAZILIAN FOOD SCENARIO IN THE FIRST VARGAS GOVERNMENT (1934-1943)

Priscila Érin Saval¹ e Fábio Roberto Wilke²

Resumo: Este artigo objetiva, a partir da perspectiva da História da Alimentação, analisar como se apresentava a situação alimentar da população brasileira, entre os anos de 1934-1945, e como a criação do salário mínimo, em maio de 1940, refletiu neste cenário. Utilizamos como fontes inquéritos alimentares, reportagens do periódico carioca "A Noite", anuários estatísticos produzidos pelo IBGE, decretos-lei e cartas constitucionais. Os resultados obtidos nesta pesquisa tratam de comprovar que durante o período analisado, todos os brasileiros se classificavam em algum nível de insegurança alimentar, fosse de má alimentação ou de subalimentação, neste caso, decorrente do baixo poder de compra da população mais pobre, quadro que não foi contornado após a criação da política de renda mínima.

Palavras-chave: Alimentação. Governo Vargas. Salário mínimo.

Abstract: This paper aims to analyze, through the History of Food's perspective, how the food situation of the Brazilian population was between the years of 1934-1945, and how the minimum wage's creation, in May 1940, reflected in this scenario. We use as sources food surveys, reports of the Carioca periodical "A Noite", statistical annuals produced by IBGE, decree-laws and constitutional letters. The results obtained in this research try to prove that during the period analyzed, all Brazilians were classified in some level of food insecurity, whether of poor diet or underfeeding. The last due to the low purchasing power of the poorest population, a condition that remained unsolved after the creation of the minimum income policy.

Keywords: Food. Vargas Government. Minimum wage.

¹ Bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2017). Atualmente é mestranda e bolsista Capes no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui interesse em temáticas que estejam voltadas ou dialoguem com o campo da História da Alimentação. E-mail: priervin89@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6867-8956>

² Cursa o Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos. Linha de Pesquisa: Poder, ideias e Instituições. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2017). Área de concentração: História, Cultura e Poder. Linha de pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. Graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2019). Possui interesse em temas ligados ao período do Brasil Republicano, de modo geral. Em específico, questões que se referem a Autoritarismos, Ditaduras, Estado, Política, Políticas de Saúde Pública e Classe Trabalhadora. Interessa-se, também, por questões que envolvem o ensino-aprendizagem de História e tecnologias. E-mail: wilkerf@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8837-7555>

Introdução

Embora a alimentação esteja dentre as principais necessidades de subsistência dos seres humanos, sua afirmação como um objeto histórico só ocorreu em 1929 com o surgimento do movimento historiográfico dos *Annales*. A primeira geração deste movimento, formada por Lucien Febvre e Marc Bloch, objetivou uma História totalizante a partir de estudos que buscavam contemplar diversos aspectos da realidade humana, como a economia, a vida material, a Geografia e a História das Mentalidades.

As produções de Febvre, que advogavam em defesa da importância da alimentação nas pesquisas históricas (FEBVRE, 1944), foram significativas para a ampliação das problematizações em torno desta temática. No entanto, foi após a Segunda Guerra Mundial, quando surgiu uma nova geração dos *Annales*, encabeçada por Fernand Braudel e impulsionada pelo surgimento de sua concepção de longa duração, que a alimentação se consolidou como um objeto de pesquisa histórica. O final da década de 1970 foi marcado pela eclosão da terceira geração do movimento, que ficou marcada pelo retorno das narrativas e das discussões políticas na produção histórica, proporcionando uma expansão do campo.

A partir disto, as pesquisas destinadas à alimentação passaram a tratar sobre assuntos relativos a: políticas alimentares, fome, desnutrição, tecnologia alimentar, crescimento populacional e produção de alimentos (REIS, 1996; BURKE, 1997). A expansão das pesquisas, resultou em intensa aproximação entre a história da alimentação e o exercício da interdisciplinaridade, prática defendida pelos historiadores Carlos Antunes dos Santos (1997) e Henrique Carneiro (2003), principais responsáveis pela disseminação neste deste campo de pesquisa no Brasil.

A prática da interdisciplinaridade proporciona que a história da alimentação estabeleça um diálogo com as demais áreas que constituem o campo histórico e com demais ciências. Diante da oportunidade sustentarmos a utilização do alimento como

um objeto de estudo do historiador, e de promovermos uma discussão com a história social e política, objetivamos analisar como se apresentava a situação alimentar de algumas regiões do Brasil, entre os anos de 1934-1943, e os reflexos da criação do salário mínimo (SM)³ neste cenário. Para isto, buscaremos compreender como as pesquisas realizadas por Josué de Castro foram responsáveis por descortinar a situação alimentar na qual se encontrava parte do contingente populacional neste período, e identificar o impacto da criação da política de renda mínima, em 1º de maio de 1940, com os resultados obtidos nos inquéritos alimentares realizados durante a década de 1930.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, consideramos, em primeiro lugar, que a diversidade tipológica dos documentos analisados (reportagens de jornal, anuários estatísticos, decretos-lei, cartas constitucionais e inquéritos alimentares) está de acordo com um processo metodológico que os permite classificá-los conforme os quatro enfoques indicados por Menezes e Carneiro (1997): biológico, econômico, social, cultural e filosófico.

Dessa forma, consideramos que nossos objetivos estão contemplados por três dos campos supracitados o biológico, devido a prática nutricional presente nos estudos realizados por Josué de Castro durante o período analisado; o econômico, devido as questões monetárias que envolviam o pagamento do SM e o custo da alimentação; e ao social, em decorrência da realidade do cenário alimentar e do SM ser considerado uma política social. Em segundo lugar, submetemos a documentação a criteriosa análise crítica, pois além de serem oriundas de ações humanas, portanto, passivas de subjetividade e manipulação (POLLAK, 1992), foram produzidas durante ou a partir de um cenário marcado pela censura, por intensas disputas e interesses políticos.

Por fim, recorreremos a prática da interdisciplinaridade, pois a história da alimentação carece de uma metodologia própria e, de acordo com Petersen (2009, p. 42), “[...] a interdisciplinaridade possibilita o intercâmbio, por exemplo, de métodos de

³ No decorrer do texto o termo salário mínimo será substituído pela abreviação SM.

uma disciplina para a outra.” O fato de trabalharmos com documentos de diferentes tipologias colaborou para que utilizássemos a ideia da “Colcha de Retalhos” proposta por Alessandro Portelli (1997) para a história oral, mas que se adequou as necessidades desta pesquisa. Isto, pois para o autor, o uso de fontes com tipologias diversas remete a alegorias: “[...] sempre tenho em mente o *quilt*, (uma “colcha de retalhos”) feita de pedaços, à maneira de um trabalho de bricolagem, ou seja, criar algo novo e com sentido a partir de fragmentos de segunda mão” (ALMEIDA; KHOURY, 2014, p.14). Para Portelli, a realidade representada desta maneira tende a ser “[...] não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico de colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos [...]” (1997, p. 16). Sendo assim, a utilização deste método nos possibilitou analisar os documentos de diferentes tipologias em consonância ao trabalho historiográfico.

Ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), diversos países, motivados pelos problemas alimentares enfrentados ao longo deste conflito bélico, passaram a investir em pesquisas que objetivassem a melhora do cenário em suas respectivas populações. Iniciava-se, assim, os primeiros ensaios da ciência nutricional. Contudo, no Brasil os interessados nesta nova ciência não tiveram o mesmo incentivo. Mas isto não impediu que profissionais brasileiros buscassem por conhecimento fora do país e, ao retornarem, financiassem suas próprias pesquisas (CASTRO, 1937). Dentre os que se destacaram no campo da pesquisa nutricional está Josué de Castro, cujos estudos foram extremamente importantes para descortinar o grave cenário alimentar em que se encontravam os brasileiros.

A partir de suas pesquisas, Castro identificou que uma solução para contornar o quadro nutricional da população seria a criação de uma política de renda mínima, proporcionando o aumento do poder de compra e, por consequência, uma melhora da qualidade alimentar. Como veremos a seguir, embora a Comissão de Salário Mínimo

(CSM)⁴, criada em 1937, tenha reafirmado as conclusões de Castro relativas aos gastos dos trabalhadores com alimentação, SM implementado em 1º de maio de 1940 divergia dos objetivos de Castro e refletia os interesses do governo estadonovista.

Está malnutrido ou subnutrido, caso contrário não é brasileiro

No início do século XX, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) instituiu uma concepção moderna de eventos bélicos, a guerra total, que segundo Hobsbawm (1995), afetava a população de modo geral, fosse pela mobilização militar, pela economia que deveria dedicar-se integralmente para o esforço de guerra, pela destruição das cidades acarretada pelas investidas militares, ou pelos sentimentos de medo e insegurança que assolavam principalmente os civis. O referido conflito foi deflagrado em 28 de julho de 1914, motivado por questões imperialistas e nacionalistas entre as potências europeias, que se organizaram em dois grupos opostos, a tríplice entente (Rússia, Grã-Bretanha e França) e a tríplice aliança (Alemanha, Áustria-Hungria, Itália e império Otomano).

Durante grande parte do conflito o Brasil esteve na posição de neutralidade, contudo, a posição inicialmente adotada e a distância do continente europeu, não impediram que a economia nacional fosse drasticamente afetada, pois com o mercado brasileiro, neste período, era dependente das relações comerciais que estabelecia com os países europeus envolvidos no conflito (PRADO JÚNIOR, 1970; FURTADO, 1989). Foram exatamente as questões econômicas as principais responsáveis pela mudança de “status” do Brasil no conflito. Em fevereiro de 1917, a Alemanha intensificou o bloqueio marítimo, o que impedia a exportação de gêneros nacionais, principalmente o café para o mercado europeu. Diante do agravamento da economia, o Brasil decidiu por enfrentar os riscos e manter o comércio de gêneros nacionais com os países da tríplice entente. Durante os anos de 1916 e 1917, algumas embarcações foram torpedeadas e postas a pique pelos alemães, gerando mobilizações entre a população que se

⁴ No decorrer do texto o termo Comissão de Salário Mínimo, será substituído pela abreviação CMS.

posicionava favorável a entrada do país no conflito, contudo, foi somente após o fundamento do navio Macau, em 18 de outubro de 1917, que o Brasil declarou guerra à Alemanha, abandonando definitivamente sua posição de neutralidade (DARÓZ, 2016).

Conforme Brum (2018), a entrada tardia o Brasil no conflito, teria inviabilizado a formação de uma tropa terrestre que atuasse ao lado dos demais exércitos que formavam o grupo da tríplice entente. A alternativa encontrada para que o país colaborasse com o esforço de guerra foi a formação de uma Missão Médica, enviada para a França em 1918. No entanto, antes mesmo de desembarcarem no território europeu parte destes profissionais foram acometidos pela gripe espanhola, a inexperiência do Brasil em eventos bélicos extracontinentais, resultou na carência de alimentação adequada e acomodações que proporcionassem o isolamento dos infectados.

Por se tratar de uma guerra total e mundial, as consequências deste conflito foram percebidas por toda a população mundial, a qual precisou conviver com uma grande escassez de alimentos, o que resultou no aumento dos custos de vida, agravando significativamente a qualidade nutricional das parcelas mais pobres que não tinham condições financeiras de custear seus gastos básicos, principalmente os relacionados à alimentação (SAVAL, 2021).

Diante disto, ao final do conflito diversos países (França, Rússia, Japão, USA, Itália, Argentina) iniciaram um processo de reorganização, a partir do qual, passaram a reconhecer e incentivar pesquisas no campo da nutrição, a fim de que solucionassem os problemas relacionados a alimentação que haviam castigado suas respectivas populações ao longo dos anos que perduraram a grande guerra. Deste modo, o período que compreende o entreguerras (1918-1939) foi responsável por inaugurar uma nova ciência voltada aos estudos em torno da alimentação humana.

Ao contrário do que fizeram estes países de imediato no pós-guerra, no Brasil o governo nacional não incentivou a produção de pesquisas em torno da temática da

alimentação. Conforme Silva (2014), o despertar do Estado brasileiro par os assuntos relacionados a alimentação e nutrição só teria ocorrido após a revolução de 1930, quando a necessidade de se contornar o problema crônico da fome da população brasileira se tornou um objetivo político do governo varguista. No entanto, a falta de incentivo governamental durante os anos de antecederam a ascensão de Getúlio Vargas ao topo da política nacional, não impediu que uma série de pesquisadores brasileiros que reconheciam a importância da alimentação, financiassem suas próprias pesquisas.

Dentre estes pesquisadores destaca-se o pernambucano Josué de Castro que, mesmo sem o apoio governamental, insistiu e investiu em estudos referentes a situação alimentar do povo brasileiro. Em 1934, utilizando-se do cargo de médico que exercia em uma fábrica na cidade de Recife, realizou o primeiro inquérito alimentar. Neste pôde concluir que o fato de os trabalhadores não produzirem a quantidade esperada ao longo de suas horas de trabalho, não estaria ligado à preguiça ou a qualquer outra definição pejorativa, mas sim, à qualidade e à quantidade de combustível (alimento) com os quais abasteciam seus corpos.

Neste inquérito, foram recenseadas 500 famílias da classe operária residentes na cidade de Recife que, juntas, somavam um total de 2.585 pessoas. Considerando as especificidades que existiam em cada núcleo familiar, Castro tratou de classificá-las em três diferentes zonas:

Tabela 1. Condições dos trabalhadores recenseados por Josué de Castro em 1934

Zonas	Famílias	Nº de integrantes por família (média) ⁵	Renda diária	Despesas diárias	Gastos com alimentação (%)
A	200	5	3\$700	3\$830	72%
B	150	4	4\$100	4\$200	69%
C	500	5	3\$300	3\$357	74%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base em CASTRO (1937, p. 136).

⁵ O número de integrantes de cada família foi obtido a partir da média matemática (número de pessoas) dividido pelo (número de famílias). Por se tratar de pessoas e para melhor compreensão dos dados, os resultados foram arredondados.

Diante da classificação realizada por Josué de Castro é possível identificarmos que, na zona (A), foram recenseadas 200 famílias que eram formadas, em média, por 5 integrantes cada. Estas, apresentavam uma renda diária de 3.700 mil réis que deveria custear suas necessidades básicas⁶. Contudo, 72% deste valor, ou seja 2\$664, eram destinados somente às despesas com alimentação. Por outro lado, a zona (B) destacava-se por ser a menos populosa, 690 pessoas distribuídas em 150 famílias, as quais apresentavam renda diária de 4.200 mil réis. No entanto, 69% deste orçamento diário era destinado aos gastos com a alimentação de 4 pessoas.

Por fim, a zona (C) era constituída de 855 pessoas que se distribuíam em 150 famílias; estas, apresentavam a menor renda diária dentre os analisados, 3.300 mil réis, que deveriam custear as despesas básicas de 5 pessoas. Todavia, somente com alimentação eram gastos 2\$294, ou seja, 74% do valor total. Diante deste cenário, os trabalhadores e suas respectivas famílias eram obrigados a conviver com uma alimentação quantitativamente e qualitativamente insuficiente.

Embora o autor tenha admitido que este inquérito apresentava diversas lacunas, devido à escassez total de trabalhos com objetivos semelhantes, este conseguiu satisfazer suas necessidades, por dois motivos:

1º - Porque sendo o primeiro trabalho feito entre nós, neste gênero de pesquisas, estimulou naturalmente a feitura de trabalhos semelhantes; 2º - Porque ele veio mostrar a falta de sentido real desta frase simbólica patriota de que “no Brasil não se morre de fome (CASTRO, 1937, p. 134).

A inédita pesquisa realizada por Josué de Castro, tratou de abrir as portas para que outros pesquisadores, mesmo sem o incentivo governamental, investissem em seus estudos e assim colaborassem para tornar pública a real situação em que se encontrava a alimentação nacional. Sobre o segundo ponto, o autor buscava afirmar que, embora poucos brasileiros morressem em decorrência da ausência total de ingestão alimentar,

⁶ Compreendemos como necessidades básicas os gastos que foram utilizados para a fixação do SM brasileiro em 1938 (alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte).

no Brasil a principal responsável por ceifar perversamente inúmeras vidas era a fome endêmica:

[...] como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 2012, p. 18).

Portanto, a fome não matava, única e exclusivamente, pela privação total do ato de comer, mas também pela depreciação do metabolismo humano após longos períodos de dietas inadequadas (quantitativamente e qualitativamente). Para Castro (1937), esta dieta de baixa qualidade nutricional, praticada por grande parte dos brasileiros, também estaria relacionada a dificuldades de acesso, principalmente, devido a questões monetárias.

Inspirados pelo trabalho desenvolvido pelo médico recifense, outros inquéritos foram realizados em diferentes capitais no Brasil. Como no caso da cidade do Rio de Janeiro, capital federal neste período, cujos resultados obtidos trataram de descortinar a realidade da alimentação praticada pela população, a conclusão deste inquérito recebeu um espaço de destaque na imprensa nacional. Com um título totalmente em caixa alta, o jornal “A Noite” anunciava os resultados: “O BRASILEIRO COME POUCO E MAL ...” (A NOITE, 1936, p. 03). Nesta mesma oportunidade, o periódico tratou sobre como as conseqüências de uma má alimentação estariam diretamente ligadas à miséria e ao baixo poder de compra:

[...] É obvio afirmar que as pessoas malnutridas são presas mais fáceis de enfermidades. A mortalidade infantil no Brasil é a cruel confirmação desse [sic]. A tuberculose, a ceifadora máxima de vidas, é mais uma expressão da miséria ou da alimentação má e insuficiente. [...] No Rio de Janeiro, das fichas que temos manuseados sob sigilo necessário a franqueza das respostas dos quesitos, vamos tendo confirmação do nosso conceito, no que respeita à deficiência alimentar nas proles numerosas, onde chefes de família ganham salários insuficientes para a manutenção delas (A NOITE, 1936, p. 03).

O jornal dava, assim, sequência à discussão em torno do impacto da renda na qualidade alimentar dos brasileiros. Neste mesmo período, por iniciativa do professor Almeida Júnior, a cidade de São Paulo também foi submetida ao modelo de inquérito proposto por Josué de Castro. Objetivava-se, a partir da renda dos recenseados, identificar o hábito alimentar de professores e suas famílias, assim como de demais profissionais que apresentassem uma média de renda mensal total de 500\$000, ou 16\$000 diária.

A partir dos dados obtidos nestes três inquéritos (Recife, Distrito Federal e São Paulo) é possível compreendermos que, embora existisse uma disparidade econômica entre as classes analisadas, isto não interferia no estado de má condição alimentar em que se encontravam os recenseados. Conforme Ruy Coutinho (1937), o fato de a disparidade econômica não ter alterado os resultados dos inquéritos referentes à qualidade da alimentação, se dava pela total falta de conhecimento alimentar e nutricional da população, uma vez que, durante a década de 1930, poucos eram os brasileiros que possuíam a instrução necessária para julgarem a qualidade de suas próprias refeições. Assim, o problema da subnutrição não seria causado somente pelo baixo poder aquisitivo das famílias, como também pela ausência de uma educação alimentar adequada.

Contudo, Coutinho (1937) e Castro (1937) concordavam que o maior índice de subnutridos pertenceria às classes mais desfavorecidas, visto que o baixo poder de compra os impossibilitava de ter acesso à “bons alimentos”. Por este motivo, Josué de Castro acreditava que os resultados obtidos no inquérito, realizado na capital paulistana, serviam para alertar o Estado e demais pesquisadores de que a realidade alimentar em regiões mais afastadas dos perímetros urbanos poderia ser ainda pior.

Se em São-Paulo, onde a alimentação desde os primeiros coloniais foi sempre, por motivos de ordem econômico-social, bem melhor do que as regiões, é hoje o que revela estes inquéritos, imagine-se como se alimentam as classes desfavorecidas das outras regiões que não possuem como São-Paulo, nenhuma tradição de alimentação sadia (CASTRO, 1937, p. 142-143).

A falta de assistência de saúde básica, à pobreza da população, se tornaria “pratos cheios” para que epidemias devastassem regiões mais isoladas, como a que assolou a comunidade de Lago Grande no estado do Pará durante a segunda metade da década de 1930. Tão grande e desastrosa era a realidade enfrentada pela população lago-grandina que tomou as páginas da imprensa do Distrito Federal:

[...] A situação é gravíssima, devido a disseminação da doença em toda a zona do Lago, concorrendo para esse resultado a miséria organizada população, reduzida a falta de recursos, motivada pelo estado crônico da doença devido a falta de assistência sanitária na região [...] A maior frequência da mortalidade é em consequência da desnutrição. A mortalidade é calculada em setenta pessoas de fevereiro de 1935 até esses dias (A NOITE, 1936, p. 02).

A situação enfrentada pelos desnutridos e desassistidos desta região paraense reafirma a importância dos resultados obtidos no inquérito dos operários recifenses, realizado por Josué de Castro em 1934. A frase patriótica “no Brasil não se morre de fome” não condizia com a realidade vivenciada por grande parte da população. Muitos brasileiros morriam em consequência da ausência de uma boa alimentação, pois como tratado anteriormente, um sistema fisiológico desnutrido não conseguiria se defender dos microrganismos causadores de doenças levando o ser humano à morte. Ademais, a trágica pandemia que assombrou a população de Lago Grande tratava, ainda, de afirmar outra hipótese apresentada por Josué de Castro: quanto mais afastadas as populações estivessem dos centros urbanos, maior seria a precariedade alimentar encontrada⁷.

Deste modo, a partir dos seus inquéritos, Josué de Castro pôde compreender que o precário cenário da alimentação dos brasileiros não resultava da falta de produção/cultivo de gêneros alimentícios, mas sim da impossibilidade de muitos adquirirem o que era produzido. Sendo assim, o médico recifense acreditava que tanto o problema quanto a solução apontavam para a desigualdade da distribuição de renda presente no país, (CARNEIRO, 2006).

⁷ A comunidade de Lago Grande encontra-se distante 283 km da capital Belém/PA.

O salário é mínimo, mas a alimentação nem isso

Conforme tratado anteriormente, Josué de Castro interpretou o resultado do inquérito alimentar realizado na cidade de São Paulo como uma evidência/alerta. Se nem ao menos os paulistanos apresentavam uma boa qualidade alimentar, o que restaria para a população que residia nas zonas rurais, totalmente desassistidas pelo Estado e a mercê das regras impostas pelos grandes proprietários de terra? Estas evidências, identificadas ao longo da década de 1930, colaboraram para a elaboração do principal objetivo de Castro: chamar a atenção do Estado para a criação de uma política de renda mínima, que fosse destinada aos trabalhadores rurais, tão importantes para o reaquecimento econômico objetivado pela propaganda política varguista. Conforme Silva (2014), embora os objetivos de Castro estivessem voltados aos trabalhadores das zonas rurais, possivelmente suas contribuições tenham influenciado na criação e regulamentação do SM em maio de 1940.

Sendo o problema nutricional dos brasileiros decorrente do baixo poder de compra, como já haviam alertado Castro (1937) e Coutinho (1937), a criação do SM passou a ser considerada como uma das principais políticas de combate à subnutrição no país, pois conforme Brinkmann (2014, p. 269-280), “para os nutricionistas a introdução do SM significa grande avanço porque prometia aumento considerável ao poder de compra, especialmente nas regiões Norte e Nordeste [...]”.

O fato de o Brasil ter participado da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) colaborava para a criação do SM nacional visto que, como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o governo brasileiro esteve presente na 26ª convenção da Organização Internacional do Trabalho, realizada no dia 16 de junho de 1928 (LIMA, 2000). Dentre outros assuntos abordados, nesta ocasião foram fixadas as normas que deveriam orientar a criação do SM nos países onde este direito ainda não havia sido implementado (OIT, 1928; SABOIA, 1985; MUNIZ, 2009; SILVA, 2014).

Conforme Saboia (1985), antes mesmo da 26ª Convenção da OIT, a classe operária brasileira já promovia em seus congressos (1906, 1913 e 1919) discussões e

reivindicações em torno da criação de uma política de renda mínima. Contudo, foi somente em 1934, com a promulgação da primeira Constituição do governo varguista, que o SM e outros direitos trabalhistas (foram regulamentados). Embora esta Carta Constitucional tenha vigorado por aproximadamente três anos (1934-1937), período muito breve para que todos estes direitos fossem retirados do papel, é possível identificarmos o esforço do governo varguista em torno da implementação do SM, com a criação da Comissão de Salário Mínimo (CSM), em 14 de janeiro de 1936 (BRASIL, 1936).

A CSM, seria dividida em vinte e duas subcomissões⁸, as quais deveriam realizar uma extensa pesquisa sobre o cenário econômico nacional e os custos de vida de suas respectivas regiões; ao final desta análise deveriam, então, fixar um valor de SM condizente com os resultados obtidos. Contudo, os trâmites necessários para que a CSM iniciasse suas atividades foram interrompidos pelos acontecimentos de novembro de 1937, quando a política nacional presenciou a instauração do Estado Novo, sendo retornadas apenas em 1º de maio de 1938, como se pode verificar na reportagem do jornal “A Noite” daquele dia:

Em homenagem à data de 1º de maio, o presidente da República assinará hoje, na pasta do Trabalho, o decreto que aprova o regulamento estabelecendo a organização e funcionamento das Comissões de Salário Mínimo, a fim de dar cumprimento ao ar. 137, alínea “h” da Constituição e nos termos do art. 18 da lei n. 185 de 14 de janeiro de 1936.

A fixação do salário mínimo a que todo trabalhador tem direito, em retribuição ao serviço prestado, competirá às Comissões de Salário Mínimo.

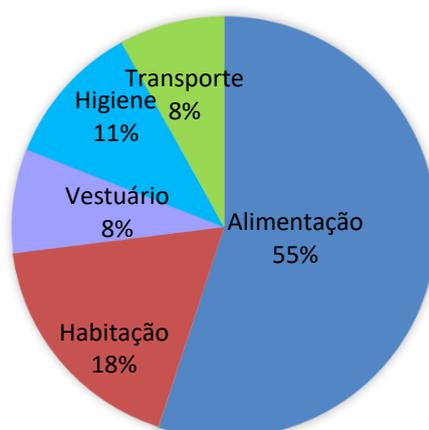
O art. 2º do regulamento define o que se deve entender por salário mínimo, ou seja, a “remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na “região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantido ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo (A NOITE, 1938, p. 03).

⁸ Cada subcomissão estava relacionada aos vinte estados, mais o Distrito Federal e o Território do Acre.

A partir deste momento, o governo varguista oficializou o último passo rumo à concretização deste direito. A reportagem do jornal “A Noite” apresenta os principais trechos do decreto-lei nº 399 de 30 de abril de 1938, no qual o governo estado-novista tratou de apresentar a criação do SM, que seguia o modelo determinado pela Organização Internacional do Trabalho, em 1928. Esta definição de salário mínimo expressava os interesses do Estado perante a figura do trabalhador, uma vez que, grande parte das políticas sociais que foram desenvolvidas durante este período, objetivavam atender às reivindicações desta classe. É importante salientarmos que estas políticas trabalhistas foram destinadas exclusivamente ao indivíduo, ou seja, não extensivas aos seus familiares.

O valor do SM seria obtido a partir de uma fórmula matemática simples: (soma das despesas básicas diárias) x (dias trabalhados) = valor do SM. Sendo assim, os custos das cinco despesas não seriam todos iguais e, ao final do levantamento realizado pela CSM, o valor do salário a ser fixado poderia ser ilustrado da seguinte forma:

Gráfico 1. Divisão dos valores do salário mínimo



Fonte: Gráfico desenvolvido pelos autores com base em: SABOIA, 1985, p. 28.

Embora a criação do SM não objetivasse a melhoria do cenário nutricional dos brasileiros, o resultado das pesquisas realizadas pela CMS reafirmava as conclusões obtidas pelos inquéritos produzidos ao longo da década de 1930, de que o brasileiro destinava grande parte da sua renda para custear seus gastos com alimentação.

Os resultados obtidos nos inquéritos alimentares também foram fundamentais para que o Estado desenvolvesse a chamada “ração tipo essencial”. Tratava-se de um plano alimentar nutricionalmente adequado que - em tese - poderia ser custeado com o valor do SM. A “ração tipo essencial” era dividida em doze diferentes grupos: o das proteínas (carne bovina, peixes, cangueiros, camarões, aves); dos laticínios (queijos, manteigas e derivados); das gorduras (banha, óleos vegetais e toucinho); dos cereais (arroz e milho); das farinhas e das raízes (mandioca, d’água, lentilhas, inhames, batatas, pães e massas); das leguminosas (feijão, ervilha, lentilha, fava); das ervas, frutas e raízes (agrião, alface, acelga, couve, abóbora, chuchu, jiló, tomate, cenoura, nabo, beterraba); das frutas (manga, banana, abacate, figo, melancia, castanha do Pará); dos açúcares (açúcar de cana-de-açúcar, melado, rapadura, mel) e do café e do mate.

Para além destes dez havia, ainda, o grupo essencial, que era ocupado exclusivamente pelo leite bovino, o qual deveria ser incluído obrigatoriamente na ração. Sua imposição se justificava pela importância nutricional atribuída a este alimento durante o período (BRINKMANN, 2014), e o grupo extra destinado ao consumo do ovo, que estaria condicionado a possibilidade de aquisição. A solução encontrada pelo governo para proporcionar ao trabalhador uma dieta nutricionalmente adequada, e condizente com seu salário, apresentava grande similaridade com uma das propostas elaboradas por Josué de Castro neste mesmo período, o “padrão dietético brasileiro”. Tratava-se de uma dieta com aproximadamente 2.800 calorias que atenderia as necessidades nutricionais diárias de um trabalhador (homem), adulto, de porte médio.

Entretanto, se o objetivo principal do médico recifense era a melhoria da alimentação dos trabalhadores brasileiros, não se poderia dizer o mesmo da ração tipo

essencial desenvolvida pela CMS. Isto, pois no caso da criação estatal, as questões nutricionais estavam diretamente vinculadas às questões econômicas, uma vez que o preço dos gêneros alimentícios, selecionados pelo Estado, deveriam se encaixar no valor do SM. Ademais, outra diferença entre as propostas encontrava-se na elaboração das dietas. Embora ambas apresentassem planos alimentares discriminados, contendo as quantidades adequadas de cada alimento a serem consumidas diariamente, a ração essencial, elaborada pelo Estado, possuía três apresentações extremamente semelhantes, ou seja, desconsiderando as questões de acesso aos gêneros e os hábitos alimentares de cada trabalhador.

Após meses de intenso trabalho da CMS o salário mínimo brasileiro seria, finalmente, instituído. Na semana que antecedeu as comemorações do Dia do Trabalho, 1º de maio, a imprensa nacional já anunciava a esperadíssima “canetada” de Vargas:

Será assinada pelo chefe do Governo, a 1º de maio próximo, segundo se anuncia, a lei do salário mínimo baseada em inquérito a que se procedeu em todas as regiões do país. Já tivemos ocasião de registrar as espantosas revelações dos estudos feitos sobre o assunto, onde aparecem inúmeros casos de exploração inescrupulosa e desalmada de trabalho- principalmente o trabalho de mulher e menores. Mesmo no Rio, o maior e mais culto centro da república, verificam-se coisas impressionantes, como, por exemplo, a situação de pobres raparigas que ganham 50 ou 50 mil reis por mês, a sêco, ficando todos os dias sem almoço (A NOITE, 1940, p. 03).

O SM criado em maio de 1940, divergia do objetivo principal de renda mínima defendido por Castro: a diminuição da desigualdade a partir do aumento do poder de compra. No entanto, esta ação do Estado acabou por intensificar as diferenças e dividir a população em dois grupos: o dos trabalhadores regulares, que tinham acesso às políticas sociais; e o dos irregulares ou desempregados que, por não serem contemplados pelas ações governamentais, acabavam por ficar a sorte da assistência prestada por entidades não governamentais, principalmente pela Igreja Católica (YAZBEK, 2005). Em outras palavras, o governo federal buscou proteger o trabalhador (operário e urbano), a fim de garantir/preservar o seu bom desempenho para que continuasse a contribuir com os objetivos políticos e econômicos do Estado Novo.

Mesmo com a criação do SM a fome e subnutrição, que resultavam da miséria, continuavam a assolar a população brasileira. No ano em que se instaurou o SM o Brasil registrava, segundo o Recenseamento geral de 1940, uma população de 41.236.315, sendo que, deste contingente, somente 2.387.650⁹ eram considerados empregados formais, ou seja, apenas 6% poderiam desfrutar do direito ao SM. Deve-se ressaltar, novamente, que o país possuía 22 diferentes valores SM¹⁰, os quais, chegavam a apresentar uma disparidade de até 200% entre os estados das regiões. Ademias, de acordo com Silva (2014), em alguns casos o valor fixado pelo SM foi inferior ao salário que alguns trabalhadores recebiam antes de 1940, o que gerou uma situação conflituosa, visto que os patrões queriam reajustar o pagamento mensal dos seus empregados conforme o valor estabelecido pela lei.

Buscando reafirmar que o valor do SM era insuficiente para subsidiar uma alimentação adequada aos trabalhadores, identificamos o custo mensal de alguns itens básicos presentes na dieta estipulada pela ração tipo essencial (IBGE, 1946). Este exercício, possibilitou nos aproximarmos do custo real de uma alimentação adequada.

Para isso, consideramos os alimentos e as respectivas quantidades, estipuladas pelo Estado através do Decreto-lei nº 399/1938, assim como utilizamos os dados do IBGE relativos ao custo destes víveres. Assim sendo, analisamos três estados, localizados em regiões distintas, representados por Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande de Sul, e obtemos os seguintes resultados:

Tabela 2 - Custo mensal com alimentação em três diferentes estado

Alimentos	Minas Gerais	Maranhão	Rio G. do Sul
-----------	--------------	----------	---------------

⁹Considerando as áreas de interesse do Estado Novo, utilizamos os dados dos seguintes ramos de atividade principal: indústria extrativista, indústria de transformação, comércio de mercadorias, comércio de imóveis e valores imobiliários, transporte e comunicações. Seguindo as normativas da lei do SM em 1940, desconsideramos os números de empregados entre 10 e 19 anos. IBGE, 1950. p. 33-34.

¹⁰É importante salientarmos que a moeda em circulação no Brasil durante a implementação do SM era o mil réis.

	Quantidade Consumida (30 dias)	Custo mensal (mil réis)	Quant. Cons. (30 dias)	Custo mensal (mil réis)	Quant. Cons. (30 dias)	Custo mensal (mil réis)
Carne	6,0 kg	15\$660	4,5 kg	9\$360	6,6 kg	16\$360
Leite	7,5 litros	4\$650	6,0 litros	9\$360	7,5 litros	6\$970
Feijão	4,5 kg	5\$490	4,5 kg	6\$970	4,5kg	4\$000
Arroz	3,0 kg	5\$490	3,6kg	4\$320	3,0 kg	4\$650
Farinha	1,5 kg ¹¹	1\$230	3,0 kg ¹²	2\$820	1,5 kg ¹³	1\$900
Batata	6,0 kg	6\$600	0	0	6,0 kg	5\$04
Legumes ¹⁴	4,5 kg	5\$490	12,0 kg	18\$600	9,0 kg	8\$010
Pão	6,0 kg	10\$200	6,0kg	12\$000	6,0 kg	10\$080
Café	600g	1\$920	300 g	1\$240	600 g	2\$900
Frutas ¹⁵	90 uni	4\$500	90 uni	4\$500	90 uni	4\$500
Açúcar	1,47 kg	4\$410	3,0 kg	4\$590	3,0 kg	4\$920
Banha	4,95 kg	3\$710	750 g	3\$740	1,5kg	5\$970
Manteiga	8,23 kg	6\$180	750 g	8\$320	900 g	9\$700
TOTAL:		75\$550		85\$830		123\$530

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir de: IBGE (1946) e SABOIA (1985).

É possível analisarmos a existência de uma expressiva diferença nos custos com alimentação entre as três regiões. O trabalhador mineiro, dentre os estados analisados, seria o único que se encaixaria dentro da média de 55% do salário a ser destinado com gastos em alimentação, conforme estipulado pela CMS. Seu SM foi fixado em 170\$000; destes, 44% seriam utilizados para custear a proposta alimentar apresentada na tabela.

A situação mais crítica entre os analisados foi a do trabalhador maranhense. Suas despesas com uma alimentação adequada comprometiam 72% da sua renda mensal de 120\$000. Situação essa que inviabilizava a melhora do cenário alimentar da Região B marcada, historicamente, como o epicentro dos problemas alimentares do

¹¹Farinha de mandioca.

¹²Farinha de mandioca.

¹³Farinha de trigo.

¹⁴Como legume de referência utilizamos a abóbora.

¹⁵ A fruta que utilizamos como referência foi a banana.

Brasil, como afirmou Josué de Castro durante sua pesquisa de elaboração do padrão alimentar brasileiro em 1937.

Embora apresentando o maior salário dentre os estados analisados, com 200\$000, o trabalhador gaúcho, para que pudesse se alimentar adequadamente, precisaria destinar 63% deste valor. Josué de Castro, ao propor os cinco regimes alimentares, identificou uma especificidade no hábito alimentar dos sulistas em comparação ao restante do país: nesta região não se identificava a farinha de mandioca e o feijão como bases da dieta.

A maior fonte de energia (hidratos de carbono) provinha da batata inglesa, do arroz e, o que mais lhe chamou a atenção, do pão de trigo. Sobre esta brusca diferença da região sul, frente aos demais regimes alimentares, proferiu o seguinte relato:

Até aqui não tínhamos utilizado o trigo na construção de nenhum dos outros padrões dietéticos pelas seguintes razões: o trigo é um produto de importação que drena para o exterior, uma grande reserva econômica brasileira, e que deve o mais possível ser substituído na nossa alimentação por similares nacionais. Ademais, o trigo, em forma de pão, constitui um alimento caríssimo, racionalmente inacessível às probabilidades econômicas das classes pobres (CASTRO, 1937, p. 158).

No ano em que foi instituído o SM (1940), o Brasil exportava 77% de toda sua produção de farinha de trigo. O Rio Grande do Sul produziu, neste mesmo ano, 65.869 toneladas deste item da ração essencial, ficando atrás somente da safra dos paulistas que alcançou 270,187 toneladas (IBGE, 1946). Embora o pão de trigo fosse considerado um alimento de alto custo, é importante considerarmos que, no Rio Grande do Sul, seu preço era mais acessível em comparação aos outros dois estados analisados o que, possivelmente, justificaria o frequente consumo.

No entanto, em alguns casos específicos era possível que o valor do SM fosse alterado: trabalhadores que desempenhassem atividades consideradas insalubres, poderiam ter seus salários reajustados com um aumento de até 40%, e no caso de

trabalhadores com idade inferior a 21 anos, sua remuneração correspondia a 50% do salário de um adulto.

Ainda em maio de 1940, o governo federal baixou o decreto-lei nº 2.548/1940, que autorizava aos empregadores diminuir os salários dos empregados que se encontrassem nas seguintes condições:

Art. 1º Para os maiores de 18 e menores de 21 anos de idade, desde que não possuam certificado de ensino profissional, emitido por estabelecimento idôneo, o salário mínimo, respeitada a igualdade com o que vigorar para o trabalhador adulto local, poderá ser reduzido em 15% (quinze por cento), uma vez que o empregador ministre, em troca, a instrução que complete, ou aperfeiçoe, o respectivo tirocínio profissional [...]

Art. 2º Para os trabalhadores adultos do sexo feminino, o salário mínimo, respeitada a igualdade com o que vigorar no local, para o trabalhador adulto do sexo masculino, poderá ser reduzido em 10% (dez por cento), quando forem, no estabelecimento, observadas as condições de higiene estatuídas por lei para o trabalho de mulheres[...].

Art. 4º Em qualquer hipótese, é assegurada aos maiores de 18 e menores de 21 anos de idade, bem como aos trabalhadores adultos do sexo feminino, a percepção em dinheiro, de 30% (trinta por cento) do salário mínimo local [...](BRASIL, 1940)

Esta medida afirmava que o Estado não pretendia, com a criação do SM, elevar o poder aquisitivo dos trabalhadores. Ao contrário, de acordo com Saboia (1985), o governo varguista almejou, com implementação do SM, intensificar o controle do poder de compra da população mais pobre e incentivar a acumulação capitalista.

Um indício de que a implementação do SM não amenizou os problemas nutricionais da população brasileira, foi que os jornais continuaram a publicar reportagens com discussões sobre a temática. Em junho de 1941, Josué de Castro proferiu uma fala na Sociedade Brasileira de Alimentação (LUTA, 1941). Nela, o pesquisador reafirmou o elevado quadro de deficiência nutricional em que se encontrava a população brasileira, de forma geral. Aproveitando-se do ocorrido, o jornal “A Noite”, tratou de publicar uma série entrevistas com diferentes profissionais que, assim como Castro, apresentavam interesse e expertise na temática do cenário nutricional dos brasileiros.

O primeiro entrevistado pelo periódico carioca foi o médico Alberto de Paula Rodrigues, que havia participado ativamente do inquérito alimentar realizado na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1937 e 1938. Ao ser questionado sobre os principais responsáveis pelo déficit nutricional da população brasileiro, respondeu:

Ficou apurado que o “déficit” de sais resulta do baixo consumo de leite, verduras, legumes e frutas pois que 16% das famílias cariocas não usam ou não tem meios para utilizar respectivamente, leite, verduras e legumes, assim como frutas nos seus regimes alimentares (A NOITE, 1941, p.3).

No dia 28 de junho, as páginas do jornal estamparam a entrevista realizada com o médico e professor da Universidade do Brasil Alexandre Mendonça. Após questioná-lo sobre deficiência nutricional da dieta cotidiana do brasileiro, obteve-se a seguinte resposta:

A alimentação do brasileiro de modo geral é deficitária em conjunto e em aspecto unilateral para certas regiões do país. Na região amazônica equatorial favorecida pelas florestas e várzeas fluviais, onde afundam o gado, peixe e as frutas tropicais, a alimentação, mesmo quando reduzida aos produtos locais, afastado o fator ignorância pode apresentar condições suficientes e harmônicas.

[...]

Esta alimentação, sem as substâncias chamadas protetoras – leite, ovos, verduras e frutas – é muito pobre em vitaminas e sais minerais. O que consiste a causa principal de menor resistência às infecções e provoca certos estados mórbidos carenciais, como sejam a cegueira noturna por falta de vitamina, a anemia por deficiência de ferro, etc. A sub-alimentação qualitativa é de máxima gravidade, porque sem produzir fome, produz malefícios maiores, enfraquece e mata gerações. O indivíduo sub-alimentado qualitativamente, sobretudo em albuminas e sais minerais, vive mentirosamente, porque, além dos estados mórbidos específicos, decorrentes da falta ou déficit alimentar, tem diminuída sua capacidade de trabalho, reduzida a sua resistência orgânica e procria filhos débeis (A NOITE, 1941, p.3).

O jornal “A Noite” inaugurou o mês de julho ampliando estas discussões, com as observações do físico e docente da Escola Nacional de Física, Miguez de Mello sobre a temática:

O problema da alimentação no Brasil vem, gradativamente, nos últimos tempos, interessando, não somente os meios científicos, mas também as esferas governamentais. O interesse da classe médica traduz-se pelo

crescente número de especialistas e pelo proporcional aumento do número de monografias sobre nutrição.

[...] Sabemos que os alimentos mais ricos em sais minerais são justamente aqueles que, paradoxalmente, são os mais caros no Brasil: leite, queijo, verduras e frutas. Sendo alimentos caros, a população menos favorecida não está em condições de adquiri-los. [...] Naturalmente, a solução ideal seria colocar esses alimentos ao alcance do povo. Este teria assim supridas suas necessidades não somente minerais como vitamínicas (A NOITE, 1941, p. 4).

A série de entrevistas encerrou-se em 15 de junho de 1941. Nesta edição, o jornal entrevistou o professor Renato Souza Lopes, docente da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, considerado um dos pioneiros na militância pelas melhorias das condições alimentares da população brasileira. Ao ser questionado sobre as consequências que uma má alimentação acarretaria ao corpo humano, Souza Lopes proferiu a seguinte resposta:

Devemos sem dúvida esse “déficit” a carência dos chamados “alimentos protetores”, ou sejam os ricos de minerais, de vitaminas e de albuminas biogênicas, no regime habitual das classes populares, o qual se ressentem, assim, da escassez de leite e de seus derivados, das carnes frescas, dos ovos, das frutas e dos legumes. É preciso não esquecer que as crianças pobres, que são grande legião em nossa população rural, ainda pouco afeitas aos civilizados métodos malthusianos das cidades, nutrem-se, em geral, de caldo de feijão e café ralo! É triste mas é a dolorosa verdade. Por outro lado, encontram os adultos na mandioca, no aipim, no milho, na rapadura, no feijão, no toucinho, e, as vezes, na carne seca ou no bacalhau, um manancial nutritivo, pobre de sais e de outros princípios biogênicos. (A NOITE, 1941b, p. 02)

Ao analisarmos as entrevistas identificamos que estes estudiosos classificaram, de forma unânime, a qualidade alimentar de grande parte dos brasileiros como precária. Acreditavam, da mesma forma, que o principal responsável por este cenário seria o baixo poder de compra da população, questões estas que já haviam sido anunciadas por Josué de Castro no início da década de 1930.

Outro ponto importante surge na entrevista concedida por Alexandre Mendonça porque, nesta oportunidade, o médico carioca nos chama a atenção para as consequências da subnutrição, pois além da morte, as deficiências nutricionais podem acarretar sequelas permanentes, como retardos mentais, danos cerebrais, má

formação óssea/ muscular, retração do crescimento, mal desenvolvimento motor, dificuldades na linguagem e deficiência do sistema imunológico (APOLINÁRIO *et. al*, 2015).

Portanto, a ausência de políticas públicas efetivas para combater os problemas nutricionais que persistiam em assolar a população, acarretava deficiências físicas e mentais. O baixo poder aquisitivo não tratava apenas de classificar o status social e econômico da população, mas também a prática de uma dieta inadequada a longo prazo ou em períodos específicos do desenvolvimento humano.

Considerações finais

No decorrer deste artigo compreendemos que o desinteresse do Estado brasileiro, alheio aos impactos da Primeira Guerra Mundial na qualidade da alimentação da população nacional, não impediu que pesquisadores nativos investissem, de forma autônoma, em estudos que tratariam de descortinar a precariedade do cenário alimentar dos brasileiros.

Embora o Brasil fosse economicamente agrícola, isto não foi o suficiente para garantir a segurança alimentar da sua população, visto que, de acordo com os resultados obtidos pelos inquéritos realizados ou motivados por Josué de Castro, a fome era decorrente do baixo poder de compra da parcela mais pobre e desassistida da sociedade, que precisava constantemente adequar seu estômago ao orçamento disponível. Portanto, não era uma questão de produção ou cultivo.

De acordo com a hipótese formulada por Castro, a partir do resultado dos inquéritos alimentares, a insegurança alimentar se intensificava nas zonas rurais. Sendo assim, os trabalhadores que se ocupavam da produção de grande parte dos víveres destinados a alimentação da população, eram os que mais sofriam com as consequências da fome. Diante disto, o médico recifense passou a defender que, para se contornar o cenário no qual se encontravam os residentes da zona rural, o Estado

precisaria criar uma política de renda mínima, o que proporcionaria o aumento do poder de compra destes trabalhadores e, por consequência, a melhora da qualidade alimentar.

Embora, a coleta de dados realizada da CMS entre os anos de 1938-1940, tenha reafirmado uma realidade apresentada por Castro em 1934, de que os brasileiros destinavam a maior parte do seu orçamento para suprir seus gastos com alimentação. O SM não tinha o objetivo de ser uma política de combate a subnutrição, o que se comprovou com a sua implementação em 1º de maio de 1941, visto que apenas o trabalhador formal (indivíduo), que representava 6% da população, teria acesso a este direito. Ao contrário do que objetivava Castro com a criação dessa política, o Estado não pretendia proporcionar o aumento do poder de compra dos trabalhadores e a diminuição das desigualdades, mas intensificar o controle dos gastos da população.

Deste modo, é possível depreender que mesmo após a criação do SM, o cenário alimentar do conjunto da população brasileira se manteve inalterado. Por um lado, porque a melhora desta condição estaria associada ao aumento do poder de compra, algo que se mostrou irrisório. Por outro, pois as políticas sociais e assistencialistas deste período, dentre elas o SM, foram destinadas somente a uma classe seleta de trabalhadores – não sendo extensivas aos seus familiares- situação que colaborou para a manutenção da subnutrição entre os mais pobres.

Referências

A EPIDEMIA de Lago Grande. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 8.972, 24 de fevereiro de 1936, Brasil, pág. 02

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias – entrevista com Alessandro Portelli. *História e Perspectivas*, vol. 50, p. 197-226, jan-jun, 2014, p.214. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27504/15080/0>. Acesso realizado em 20. jul. 2019.

ALIMENTAÇÃO deficiente. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 10.955, 3 de julho de 1941, Brasil, pág. 04.

APOLINÁRIO, Leticia A. et al. Desnutrição infantil: fatores culturais e socioeconômicos. *Revista Médica de Minas Gerais*. v. 21, n. 3, p. 115-118, 2011. Disponível em: <http://rmmg.org/exportar-pdf/868/v21n3s1a31.pdf>. Acesso realizado em 20 maio. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso realizado em 14 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1937)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro, DF: Presidente da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso realizado em 14 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 185 de 1936*. Institui as comissões de salário mínimo, Rio de Janeiro, DF. Presidente da República, 1936. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-185-14-janeiro-1936-398024-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20Todo%20trabalhador%20tem%20direito,%2C%20vestu%C3%A1rio%2C%20higiene%20e%20transporte>. Acesso realizado em 10 jan. 2020

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.548, de 31 de agosto de 1940*. Faculta a redução do salário mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências, Rio de Janeiro, DF. Presidente da República, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2548-31-agosto-1940-412576-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Veja%20tamb%C3%A9m%3A%2C%20DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%202.548%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201940,menciona%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=tr%C3%AAs%20anos%2C%20quando%20a%20frequ%C3%Aancia,%20de%20maio%20de%201939>. Acesso realizado em 14 abr. 2018.

BRASIL. *Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938*. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo, Rio de Janeiro, DF. Presidente da República, 1938. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso realizado em 10 jan. 2020.

BRINKMANN, Sören. LEITE E MODERNIDADE: IDEOLOGIA E POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO NA ERA VARGAS. *Revista História, Ciências e Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n1, p. 269-280, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702014000100263&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso realizado em 18 out. 2018.

BRUM, Cristiano Enrique de. *A (Des)mobilização de médicos na Grande Guerra: o caso da Missão Médica Brasileira na França (1918-1919)*. 2018. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8038>. Acesso em: 17 de out. 2020.

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo. UNESP, 1997.

CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: Uma história da alimentação*. 2 ed. Rio de Janeiro. Campus, 2003.

CARNEIRO, Henrique. Luta e persistência por um mundo sem fome em Josué de Castro: uma revisão da geografia da alimentação. *REV Geosul*, Florianópolis, v. 21, n. 41, p 29-45, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13166/12199>. Acesso realizado em 20 mar. 2020.

CASTRO, Josué de. *O Problema Alimentar do Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934

CASTRO, Josué de. *A Alimentação Brasileira á Luz da Geografia Humana*. Porto Alegre: Globo, 1937.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome (O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO)*. 20 ed. Rio de Janeiro: Antares, 2012.

CORRIJAM-SE as deficiências de alimentação. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano. 21, n. 10.950, 28 de junho de 1941, Brasil, pág. 03.

COUTINHO, Ruy. *Valor Social da Alimentação*. Rio de Janeiro: Biblioteca Divulgação Científica, 1937.

CREADAS as Comissões de Salários Mínimos, *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 9.764, 1º de maio de 1938, Brasil, pág. 03

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

D'ARAUJO, Maria Celina de. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ECOS e Novidades – Salário Mínimo. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 10.494, 27 de abril de 1940, Brasil, pág. 03

FEBVRE, Lucien. Biologie, sociologie, alimentation : note additionnelle. In: *Mélanges d'histoire sociale*, n.6, p. 38-40, 1944.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário estatístico do Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf. Acesso realizado em 20 jan. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico – População e Habitação 1940*. Rio de Janeiro, 1950. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940_pt_XX_t1_RS.pdf. Acesso realizado em 28 jan. 2020.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Nacional, 1989.

HOBBSAWM, E. *A era dos extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995

LIMA, Eronides da Silva. *Mal de fome e não de Raça: Gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil – 1934-1946*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LUTA contra a desnutrição do brasileiro. *A Noite*, Rio de Janeiro ano 21, n 10.966, 14 de junho de 1941, pág.03.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. CARDOSO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, vol. 5, p. 9-91, jan-dez, 1997.

MUNIZ, Mirella K. de. C. B. *O direito fundamental ao salário-mínimo digno: uma análise à luz do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_MunizMK_1.pdf. Acesso realizado em 10 mar. 2020.

O BRASILEIRO come pouco e mal ... *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 9.214, 29 de outubro de 1936, Brasil, pág. 03

O PROBLEMA da alimentação popular. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 10.967, 15 de julho de 1941b, pág. 02

O PROBLEMA da alimentação. *A Noite*, Rio de Janeiro, ano 21, n. 10.949, 27 de junho de 1941, Brasil, pág. 03.

OIT. *Convenção nº 26: Métodos de fixação de salários-mínimos*. Genebra, 1928. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso realizado em 10 mar. 2020.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. In: HEINZ, Flavio; HARRES, Marluza. (Org.). *A história e seus territórios*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, vol. 15, p. 13-49, jul-dez, 1997., p. 16. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>. Acesso realizado em: 24 set. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REIS, José Carlos. *Annales a renovação da História*. Ouro Preto. Ed. UFOP, 1996.

SABOIA, João. *SALÁRIO-MÍNIMO NO BRASIL - A experiência brasileira*. São Paulo: L&PM, 1985.

SANTOS, C.R.A. dos. Por uma História da Alimentação. In: *História: questões e debates*, Curitiba, v.14, n.26/27, p.154-171, jan/dez.1997.

SILVA, Nauber G. da. *O "mínimo" em disputa: salário mínimo, política, alimentação e gênero na cidade de Porto Alegre (c 1940 - c. 1968)*. 2014.Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107903/000946395.pdf;sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2020

SAVAL, P. E. Alimentação, comida e sensibilidades na história da Força Expedicionária Brasileira (1934-1945). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. *Revista de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação da UFMA*, São Luís, v. 9 n. 01, p. 217-288, jul./dez, 2005. Disponível em: <http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek%2C%20Maria%20Carmelita.%20Estado%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais.pdf>. Acesso realizado em 20 dez.2019.

Submetido em 03.05.2021 – Aceito em 13.06.2021